

CLIPPER BOOK MIRANDA				 Miranda & Associados Sociedade de Advogados, SP, RL
MEDIA	JORNAL DE NEGÓCIOS (Supl. LEX)			
Nº PAG.	VI / VII	DATA	7 setembro 2016	

SERVIÇOS JURÍDICOS

Imobiliário e turismo dão que fazer a advogados

Em época de rentree, as expectativas sobre a evolução da economia não são as melhores, mas há sectores como o do imobiliário e o do turismo que estão a mexer e pedem a prestação de serviços jurídicos.

JOÃO MALTEZ
jmaltez@negocios.pt

A economia portuguesa não está a viver o melhor dos momentos, mas há sectores que estão, ainda assim, em alta. Nos meses que se seguem até final do ano, os serviços jurídicos não deixarão mesmo assim de estar activos. Segundo os advogados contactos pelo Negócios, há investimentos na calha e o imobiliário e a área do turismo prometem continuar a dar trabalho.

Duarte de Athayde, "managing partner" da Abreu, considera que o desenvolvimento da economia portuguesa parece limitado, em 2016, quando comparado com momentos anteriores de recuperação. "A falta de ritmo das exportações pode ser uma justificação para essa queda, mas haverá outros factores que convém não minorar entre os quais a falta de investimento, o nível de endividamento elevado e as crises angolana e moçambicana", argumenta o advogado. Sem prejuízo destes aspectos, sublinha que a sociedade que lidera continua a trabalhar em pleno em todas as suas áreas de prática.

"Salientamos alguns sectores mais activos este ano, como o da saúde. Acresce que o cenário não é desanimador para o turismo e continuamos a ter um enorme dinamismo nos sectores da imigração e do imobiliário", enfatiza Duarte de Athayde.

O próximo trimestre estará dependente da evolução político-económica do país, argumenta por seu turno Alberto Galhardo Simões, sócio da Miranda. Neste quadro, entende que assume especial importância a reavaliação que a agência de "rating" DBRS fará ao país em Outubro, uma vez que a pressão dos mercados tem feito sentir-se de forma acentuada desde Agosto.



Os novos projectos no sector do turismo vão continuar a dar trabalhos aos advogados.

"Acreditamos, todavia, que o cenário político-económico permanecerá estável no decorrer do próximo trimestre, o que será propício à realização, consolidação ou conclusão de vários investimentos em sectores diversos, nomeadamente no turismo e imobiliário que têm vindo a assistir a um crescimento assinalável", frisa Galhardo Simões.

O mercado tem dado sinais da necessidade de apoio jurídico a novos projectos, argumenta o advogado José Maria Castelo Branco.

Final do ano para avançar com projectos adiados

José Maria Castelo Branco, sócio da CCA-Ontier, lembra, por outro lado, que o aproximar do final do ano é muitas vezes "o incentivo que faltou para a tomada de decisões mais difíceis e o lançamento de novos projectos, que embora muitas vezes necessários, foram sendo adiados".

Segundo adianta, o mercado vem dando sinais de que "nos próximos meses, em especial no contexto das pequenas e médias empresas, o sector da advocacia venha a sentir um incremento de actividade decorrente da necessidade do apoio jurídico a novos projectos, essencialmente nas áreas de societário e fiscal e, em alguns casos, todo o apoio à internacionalização".

José Maria Castelo Branco entende igualmente que a recta final

CLIPPER BOOK MIRANDA				 Miranda & Associados Sociedade de Advogados, SP, RL
MEDIA	JORNAL DE NEGÓCIOS (Supl. LEX)			
Nº PAG.	VI / VII	DATA	7 setembro 2016	

Portugal 2020 origina oportunidades, mas aquém das expectativas

do ano será aproveitada por algumas empresas para se reestruturarem ou concluir reestruturações que têm vindo a ser feitas para adequação às exigências dos mercados actuais, necessitando para tal de apoio jurídico essencialmente nas áreas de societário e fiscal, mas também laboral. Além disso, acredita, "também o investimento estrangeiro, em especial na área imobiliária se acentuará até ao final do ano".

O sócio da SRS Octávio Castelo Paulo assegura, aliás, que houve já um claro aumento do volume de trabalho e que a tendência se vai manter. "O trabalho que é solicitado é respeitante às mais diversas áreas, com destaque para fusões e aquisições, temas financeiros, apoio comercial às empresas, concorrência, reestruturações laborais e também oportunidades na área do direito público, ainda com um forte componente de contencioso", conclui. ■

Identificada como um dos traços à recuperação da economia, a falta de investimento é também vista como um problema pelos clientes dos advogados. Há contudo algumas indicações positivas. Os fundos comunitários, nomeadamente o Portugal 2020, poderão funcionar como um estímulo. É expectável que o investimento, pelo menos privado, regresse à boleia deste instrumento? Os advogados ouvidos pelo Negócios admitem que sim.

Alberto Galhardo Simões, sócio da firma de advocacia Miranda, entende que o Portugal 2020 "constitui um incentivo enorme ao investimento das empresas, nomeadamente na modernização e internacionalização", factores que considera

determinantes para a competitividade.

"Temos assistido a investimentos feitos por empresas que apenas foram possíveis em virtude dos apoios conseguidos através deste programa. É expectável que a procura de serviços relacionada com este programa se mantenha no próximo trimestre, nomeadamente no âmbito dos cinco concursos Compete 2020 a decorrer até final de Outubro", diz este advogado.

Uma ideia que é partilhada por Duarte de Athayde, "managing partner" da Abreu, para quem o Portugal 2020 é essencial para induzir dinâmicas de transformação. "A vaga de fundos canalizou milhões de euros

para a competitividade, para a internacionalização e para a reabilitação urbana onde há muitas oportunidades para empresas privadas. Acredito que, algumas empresas, se sentem mais estimuladas para investir, e que iniciarão alguns projectos relevantes em 2016 e 2017, por ora ainda em fase de maturação", frisa.

Já José Maria Castelo Branco, sócio da CCA-Ontier, lembra que com o Portugal 2020 se assiste "ao nascimento de alguns projectos, novas apostas por parte de investidores e o surgimento de novas empresas no mercado.

"O surgimento frequente de start-ups não deixa de estar associado ao incentivo/financiamento que decorre do Portugal

2020 através dos fundos comunitários. O aumento do investimento financeiro por parte das empresas será uma realidade, contudo creio que será sempre bastante controlado e a níveis não comparáveis aos que se assistiam há alguns anos, antes da famigerada "crise", admite José Maria Castelo Branco.

Octávio Castelo Paulo, sócio responsável pelo departamento de fusões e aquisições da SRS Advogados, também acredita que o programa Portugal 2020 está a originar algumas oportunidades. Em todo o caso, sustenta, estas oportunidades poderão ainda estar "aquém das expectativas inicialmente geradas em torno do programa" de fundos comunitários. ■ JM



Acredito que algumas empresas iniciarão alguns projectos relevantes em 2016 e 2017.



DUARTE DE ATHAYDE
"Managing partner" da Abreu Advogados



[O Portugal 2020] constitui um incentivo ao investimento das empresas, nomeadamente na internacionalização.



ALBERTO GALHARDO SIMÕES
Sócio da Miranda



O aumento do investimento por parte das empresas será uma realidade, [mas] creio que será bastante controlado.



JOSÉ MARIA CASTELO BRANCO
Sócio da CCA-Ontier



As oportunidades poderão ainda estar aquém das expectativas inicialmente geradas em torno do programa.



OCTÁVIO CASTELO PAULO
Sócio da SRS

Octávio Castelo Paulo diz que houve um claro aumento do volume de trabalho para a sua firma e que a tendência se vai manter.